

O projeto e seus efeitos

O projeto de reforma agrária em Banhado do Colégio, teve início em 1961, com a marcha de quatro mil pessoas que acamparam por 70 dias na estrada de acesso à área, reivindicando terras. Com 48 mil hectares, a região havia sido delimitada aleatoriamente por grandes fazendeiros, em 1951, após a drenagem do banhado para retificação do trajeto do Arroio Duro e construção de uma barragem. A maioria dos sem terra era de antigos pequenos agricultores, que haviam sido expulsos das terras pelos fazendeiros durante sua delimitação.

Através do IGRA, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, decretou a área como de utilidade pública e, diante da intransigência dos proprietários, decidiu desapropriar 18 mil hectares, em janeiro de 1962, para a venda de pequenas propriedades, no

prazo de 10 anos, aos sem terra. Foram distribuídos inicialmente 196 lotes com módulos rurais entre 15 e 35 hectares, em 4 mil 600 hectares; e emitidos títulos de propriedade e concedido financiamento bancário agrícola.

Em novembro 1962, Leonel Brizola não conseguiu reeleger-se e o projeto foi suspenso pelo novo governo, que devolveu aos fazendeiros o restante das terras desapropriadas. Com o golpe militar de 1964, os agricultores foram perseguidos pela polícia, que revistaram as casas à procura dos títulos de propriedade — e boa parte foi rasgada, assim como fotos de Leonel Brizola. Muitos agricultores desistiram, outros venderam suas propriedades e, atualmente, ali existem 60% dos originais proprietários, que comemoram este ano uma produção de 20 mil toneladas de grãos.